

Memória hagiográfica e movimentos sociais urbanos: A militância de Antoine de Magarinos Torres Filho nas favelas cariocas

Mauro Amoroso

Professor da Febf/Uerj e da Ucam

Rafael Soares Gonçalves

Professor da PUC-Rio

Este artigo reflete sobre a história e a memória da atuação do advogado Antoine de Magarinos Torres Filho nos anos 1950 e 1960. Ligado ao Partido Comunista Brasileiro, o advogado foi um dos principais envolvidos na criação da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), um dos primeiros órgãos a ter como objetivo organizar a ação conjunta de associações de moradores de favelas, além de projetos que visassem à construção de uma via de acesso ao “direito à cidade” para os moradores desses espaços. Sua atuação acabou sendo significada por diferentes olhares, o que será debatido a partir de suas ações em duas regiões distintas, a Favela do Borel e a região da Maré.

Palavras-chave: Antoine de Magarinos Torres, União dos Trabalhadores Favelados (UTF), associativismo, Borel, Maré

The article **Hagiographic Memory and Urban Social Movements: The Militancy of Antoine de Magarinos Torres Filho in the Favelas of Rio de Janeiro** debates the history and memory of Antoine de Magarinos Torres Filho in the 1950s and 1960s. Connected to the Brazilian Communist Party, the lawyer was one of the main participants in the creation of the Union of the Favela Workers (UTF), one of the the first organizations to aim to empower the joint action of favela residents' associations, as well as projects aimed at building the ways to access the “rights to the city” for residents of these spaces. His action ended up being signified by different points of view, which will be debated based on his actions in two distinct regions, the Favela do Borel and the Maré region.

Keywords: Antoine de Magarinos Torres, União dos Trabalhadores Favelados (UTF), associativism, Borel, Maré

Introdução

Recebido em: 18/07/2013

Aprovado em: 03/11/2014

Afavela do Morro do Borel, localizada no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro, começou a ser ocupada nas duas primeiras décadas do século XX. Foi palco do surgimento de uma das primeiras associações de moradores de favelas, a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1954, em um contexto de forte ameaça de remoção capitaneada pela atuação do mercado imobiliário. Uma figura central na memória dos moradores do morro sobre a UTF é o advogado Antoine de Magarinos Torres, extremamente atuante em favelas do Rio de Janeiro, além de outras causas sociais, durante as décadas de 1950 e 1960, e, ao que tudo indica, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Entre as favelas em que Magarinos atuou, é importante destacar igualmente o Parque União, localizado no que se convencionou chamar de Complexo das Favelas da Maré, sendo que nesta área ele teria sido responsável por sua organização e loteamento.

Ao analisarmos os projetos de Magarinos Torres, é possível perceber uma proposta de atuação e intervenção na cidade voltada para um ator social cujo alcance dos direitos de cidadania e acesso a bens de infraestrutura urbana até hoje é um assunto controverso: o morador de favelas. Historicamente, esses espaços têm sido construídos como a antítese da cidade, sendo definidos como o lócus da ausência e foco irradiador de elementos que atrapalhariam o bom convívio social, como violência, marginalidade e pobreza.

Desse modo, a parcela populacional habitante desses locais tem sido vista como não participante da organização social, estando à margem da vida em sociedade, justamente por sua forma de moradia (PERLMAN, 1977). E por mais que tal afirmação não abarque o real papel desse grupo na sociedade carioca, não é possível ignorar os entraves que prejudicam seu alcance de uma cidadania ampliada e a fruição dos equipamentos urbanos. Além disso, na virada dos anos 1950 para os anos 1960, período no qual nossa análise é centrada, outro elemento impeditivo foram as ameaças de remoção, não como políticas públicas conforme ocorrerá a partir de 1962¹, mas movidas por interesses imobiliários de diferentes atores econômicos (FISCHER, 2008; GONÇALVES, 2013).

Em depoimentos orais de antigos moradores do Borel, é possível encontrar uma memória hagiográfica consolidada de Magarinos como um dos principais responsáveis pela permanência da favela ante as ameaças de remoção, chegando, inclusive, a haver uma escola pública com o nome do advogado em sua entrada. Entretanto, documentação escrita da época referente à Maré, e, sobretudo ao Parque União, constrói uma imagem diferente do personagem. Ele é retratado como um grileiro autoritário, um daqueles que ele alegava combater, chegando a ser acusado de fazer ameaças físicas aos moradores que não se submetessem aos seus desígnios. Comparar essas duas construções simbólicas distintas é essencial para entender a atuação desse importante, embora pouco estudado, ator político das favelas do Rio de Janeiro, assim como é fundamental para a compreensão de seu projeto de intervenção urbana e acesso à cidadania para moradores de favelas. Para tanto, serão analisados depoimentos de moradores do Borel e documentação de época, como inquéritos policiais eivados de relatos de moradores do Parque União contra as supostas arbitrariedades cometidas por Magarinos.

1 Há uma vasta bibliografia que tem se debruçado sobre a problemática das remoções nos últimos 40 anos, dentro da qual podemos destacar PERLMAN, 1977; LEEDS e LEEDS, 1978; VALLADARES, 1978; VALLA, 1986; e BRUM, 2012. Nesses autores, podemos ver que o marco inicial das remoções como políticas públicas no Rio de Janeiro é o ano de 1962, quando o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, transforma a Coordenação de Serviços Sociais em Secretaria de Serviços Sociais, e tirando seu comando do sociólogo José Arthur Rios para Sandra Cavalcanti, que depois viria a ser presidente do Banco Nacional de Habitação (BNH).

A União dos Trabalhadores Favelados

O tradicional bairro da Tijuca já chegou a possuir uma região de caráter operário, com fábricas que começaram a surgir ainda no século XIX. Isso acabou contribuindo para o crescimento da oferta de ocupações mais favoráveis à população de baixa renda (CARDOSO et alii, 1984). Contudo, o aumento das oportunidades empregatícias, não acompanhado pelo planejamento habitacional, criou uma conjuntura favorável ao aparecimento de formas de moradia caracterizadas pela informalidade. Esse fenômeno ocorreu em outras regiões da cidade, sendo um dos elementos que originaram as favelas² (ABREU, 1984).

Segundo a memória local, a área em que atualmente está localizada a Favela do Borel pertenceu à família francesa Puri Borel, que a utilizava para a exploração madeireira. Em 1918, esses proprietários teriam desaparecido e trabalhadores de origem portuguesa, empregados dos antigos donos, passaram a realizar a exploração imobiliária no local, erigindo moradias de aluguel para os que trabalhavam nas fábricas daquele entorno³ (GOMES, 1980).

Em 1945, a imobiliária Borel-Meuron começa a realizar uma série de obras de terraplenagem na Rua Conde de Bonfim, nas proximidades do morro, o que começou a preocupar seus moradores. Tal temor se deveu à possibilidade de especulação imobiliária, com base em loteamentos e edificações e o consequente despejo da favela (ARQUITRAÇO, 1996). Essa possibilidade se revelaria cada vez mais concreta e a articulação visando o desalojar dos moradores da área culmina na abertura de um processo de despejo. Como resultado direto dessa ação é criada a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), em 1954, objetivando, inicialmente, angariar fundos para fazer frente às custas processuais e procurando mobilizar os moradores pela reivindicação por melhores condições de moradia. Procurado para auxiliar juridicamente no processo, Magarinos se tornou figura central na definição de objetivos e reivindicações, assim como na organização de atos de protesto, passeatas e vigílias. Sua importância para a organização é tamanha que seu retrato estampa a capa do estatuto da UTF (LIMA, 1989).

² Todavia, devemos ter cuidado para não apontarmos a industrialização como o único fator que teria dado início às favelas. O surgimento desses espaços ocorre em diferentes momentos históricos e locais da cidade, movido por fatores diversos. Podemos relacionar, inclusive, ações do Estado, a exemplo de conjuntos habitacionais que se “favelizaram”, como o caso da Cidade Alta, criado no bairro de Cordovil, em 1969, para abrigar moradores de favelas da zona sul que foram erradicadas na virada dos anos 1960 para os 1970 (BRUM, 2012, p. 18). Atualmente, a área é estigmatizada como favela, mesmo tendo sua origem em uma “cidade formal” a partir de uma política pública, conforme estudado pelo historiador Mario Brum. Outro fator importante, e que remete a meados e finais do século XIX, é a ocupação por escravos e libertos, em alguns casos até como comunidades quilombolas (CAMPOS, 2007). A própria Tijuca possui um exemplo nesse sentido, uma vez que a favela do Salgueiro até hoje guarda uma forte memória que relaciona seu surgimento com uma ocupação de escravos (CUNHA, 2006, p. 38). Desse modo, podemos concluir que o surgimento das favelas é um assunto rico e complexo, com diferentes causas relacionadas a conjunturas históricas diversas. Para um debate mais aprofundado sobre os processos de origem desses espaços, sobretudo sua percepção pelo imaginário urbano, ver Valladares (2005).

³ Parte da memória local também revela indícios de participação de moradores nessa exploração da área, chegando a tomar conta da região a fim de impedir a construção de barracos e auxiliando na cobrança de alugueis (AMOROSO, 2014).

A criação da entidade está relacionada ao contexto de influência crescente do PCB a partir do pós-guerra, por meio da participação em movimentos de resistência a despejos em favelas como Mata Machado, além do próprio Borel, ambas na Tijuca (LIMA, 1989). Com a unificação de questões relativas a habitação e emprego, o órgão visou criar uma identidade que associasse o morador de favelas ao universo do trabalho, tornando-se um importante instrumento para a construção dessa identidade específica, diferenciando esses atores das imagens de vadio e de malandro. Também deve ser levado em conta que o órgão pretendeu congregiar associações de moradores de outras favelas, chegando a influenciar a criação da Coligação dos Trabalhadores Favelados (CTFRJ), em 1959, e da Federação da Associação de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg), em 1963.

Durante a década de 1950, conforme observado anteriormente, não teve lugar uma promoção da erradicação das favelas capitaneada pelo poder público, embora tenha sido marcante a disputa pela terra com os “grileiros” em grande parte propiciada pela dificuldade de se determinar a real posse de terrenos onde se localizam esses aglomerados (GONÇALVES, 2013). Esse contexto permeou o surgimento da UTF e, com relação às favelas, uma de suas características é a ausência do reconhecimento da existência desses espaços dentro de marcos legais. Essa ausência pode ser considerada como indicativa do descompasso entre a esfera jurídico-legal e a realidade social, sendo que o próprio Magarinos Torres se enquadra entre os atores que buscavam criar novos parâmetros legais para as favelas, a partir da apresentação de um anteprojeto de lei de outubro de 1954, que nunca chegou a ser enviado para apreciação (LIMA, 1989 ; GONÇALVES, 2013).

Essa proposta foi uma tentativa de estender os direitos trabalhistas para os moradores de favelas por meio de pontos como expropriação de terrenos para moradia, financiamento especial para material de construção, urbanização, calçamento e construção de acessos, construção de escola pública primária com refeição obrigatória para os alunos, além do reconhecimento da UTF como instância máxima representativa e como associação de utilidade pública com direito à subvenção (GONÇALVES, 2013). O Art. 1º do anteprojeto responsabiliza a administração municipal pelas garantias da implementação de uma série de colocações feitas no Art. 2º, além das já citadas, como:

b) instalação de redes de água potável, esgoto e luz, para servir todas as habitações; c) instalação de fornos crematórios para incineração do lixo onde não for possível o serviço de limpeza pública diária; d) colocação de um telefone público para cada 200 famílias.

São igualmente postas condições para melhorias dos donos de pequenos negócios em favelas, tornando-os

isentos de impostos municipais, (...) bastando para a concessão do alvará de localização que o comerciante favelado o requeira, indicando o gênero do comércio, nome do estabelecimento e do comerciante, depois de atestadas a sua afirmativa pela UTF.

Com relação ao financiamento do material de construção, era igualmente exigido “que o pretendente fosse abonado pela UTF” (Fundo DPS/[*Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*] Aperj, pasta 146).

Desse modo, vemos que há uma busca constante pelo direito à permanência. Porém, esta está aliada ao alcance de serviços que vão de equipamentos públicos (água, iluminação e coleta de lixo) ao acesso à educação e saúde. E tendo em vista a necessidade de privilegiar o movimento associativo, vemos, igualmente, que o direito à permanência precisa, segundo a visão desenvolvida por Magarinos em seu anteprojeto, ser embasado pelo associativismo para se tornar “direito à cidade” (LEFE-BVRE, 2001) e garantir acesso a bens de infraestrutura, como condições de saneamento e escolas.

Ou seja, apenas a garantia de existência das favelas não é o suficiente, sendo ressaltada a urgência de se estabelecer elos desse grupo social com instrumentos legais que viabilizem um convívio com o poder público que não seja pautado pela ambiguidade – fator que acaba por se transformar em moeda política e reforça a condição hierarquicamente desprivilegiada desses indivíduos (FISCHER, 2008; GONÇALVES, 2013) –, mas que pavimente caminhos sólidos rumo a condições que permitam a fruição de serviços básicos.

O Estatuto da UTF, datado de 1957, também reforça a necessidade de preservação dos locais de moradia dos residentes de favelas:

A conquista da casa própria ou gleba de terra *para cada família associada*, reivindicando a posse dos terrenos que ocupem quando ocorra caso de usucapião; lutando pela desapropriação de terrenos cujos donos tenham legítimo título de propriedade; (...) intervindo junto ao legítimo proprietário para que os venda, por este modo, diretamente aos seus ocupantes, ou por meio de financiamento de institutos *a que pertençam os associados da UTF*; pleiteando junto à municipalidade ou ao governo federal o aforamento das áreas de domínio público, *em favor das famílias dos associados* (grifo dos autores).⁴

Com a instalação da ditadura de 1964, a UTF é obrigada a mudar seu nome para Associação de Moradores do Borel, o que denota uma separação do movimento sindical dos trabalhadores, além de restringir a prática do associativismo apenas àquela favela. As lideranças, consideradas subversivas pelos militares, também são afastadas, e ao longo da década de 1960 e boa parte da década de 1970, a associação passa a dedicar-se mais a questões relativas à infraestrutura habitacional e sanitária, abandonando a problemática política e a postura antirremocionista (ARQUITRAÇO, 1996). O próprio Magarinos Torres passaria por um curto período de exílio, vindo a falecer no Brasil por problemas de saúde, em 1966 (AMOROSO, 2014).

Magarinos Torres e a favela do Borel

As lembranças encontradas sobre Magarinos Torres no Borel remetem principalmente a sua atuação na década de 1950, época que não é muitas vezes considerada como um período crítico para a existência das favelas. É possível encontrar interpretações caracterizando a primeira metade dessa década como de maior flexibilidade política no que diz respeito a medidas contrárias a esses espaços, em meio à criação de inúmeras comissões e à realização de estudos que não teriam, aliás, implementação prática (RIOS, 1986). A partir da segunda metade da década, já é possível observar ações mais efetivas, seja por parte da Igreja, na forma da Fundação Leão XIII e, sobretudo, da Cruzada São Sebastião, criadas respectivamente em 1947 e 1955, ou do Serviço de

4 Acervo Condutores de Memória, Estatuto da União dos Trabalhadores Favelados, página 2.

Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (Serfha), criado em 1956 (LEEDS e LEEDS, 1978). Esses agentes não aventavam expressamente a opção pela remoção, o que, em um primeiro olhar, poderia ser interpretado como a presença de um quadro no qual a erradicação de favelas não representaria um perigo iminente, uma vez que não se constituía expressamente, à época, em política pública.

Contudo, não podemos deixar de mencionar iniciativas de âmbito privado cujo objetivo era pôr fim a favelas. Inúmeras delas foram objeto de ações de despejo e de reintegração de posse, como foi o caso do processo movido contra o Morro do Borel pela Borel-Meuron. Para os moradores que vivenciaram esse período, fica a seguinte lembrança: “Derubavam as casas, que naquela época pra derrubar uma casa era fácil, vinha um monte de soldado e derrubava, quando eles viravam as costas o povo vinha e construía de novo, saía daqui e construía ali” (depoimento de Tavinho, 23/10/2010).

Por meio dessa imagem fica clara a postura de resistência dos habitantes do Borel, uma vez que suas moradias eram feitas de materiais precários, não sendo permitida a construção em alvenaria, e sendo constantemente derrubadas por policiais ou demais agentes da lei. Mas isso não impedia que os mesmos desalojados retornassem para reconstruir suas moradias. Porém, devemos atentar para a fragilidade do quadro relatado, uma vez que não havia garantia legal para a permanência dessas formas de habitação.

Essa mesma fragilidade, ainda mais evidenciada pela ação legal da Borel-Meuron, favoreceu uma conjuntura que fortaleceu a construção de uma representação de heroísmo em torno da figura de Magarinos Torres. De acordo com o testemunho escrito de um antigo morador, membro da UTF e militante do PCB, a partir de uma iniciativa dos próprios habitantes, o advogado foi procurado e aceitou defendê-los (GOMES, 1980). Ou seja, nota-se certo protagonismo pela parte deles, os mesmos que reconstruíam seus barracões não importando quantas vezes fossem derrubados. No entanto, segundo a memória local, nota-se igualmente uma postura solidária do advogado, que aceita dedicar-se à causa da defesa daquela favela, garantindo seu posto em um panteão simbólico no imaginário desses indivíduos:

– Mas os moradores bateram o pé, e teve alguém que abraçou essa causa, que foi o Dr. Magarino Torres, que era advogado, que abraçou essa causa em favor do povo aqui e começou a brigar pelas causas do povo. E o povo, qualquer coisa que acontecia, polícia chegava, e o povo ia a casa dele. Ela prendia gente, muita gente foi presa. O Bonifácio deve ter contado essa história pra vocês, eu não sei se ele foi preso, mas o Manuel Gomes foi taxado como comunista e o Magarinos também, porque defendiam os interesses dos menos favorecidos. (depoimento de Tavinho, 23/10/2010)

– Ele era muito querido. Morreu cedo talvez porque se preocupou muito. Era uma criatura fantástica. Não tinha grandes coisas de confusão, não. Quando tinha que tirar, tirava tudo. Eles [policiais] não queriam que construísse, mas quando a pessoa já tava morando não tinha jeito. O pessoal construía em um dia e no outro já tava morando. (...) O Magarino pra mim foi uma grande criatura, largava as coisas dele e vinha pra cá ajudar. (depoimento de Chico da Lapa, 15/02/2011)

Como em um enredo dramático, esse herói chega a sofrer injustiças ao aceitar a “causa da defesa dos oprimidos”, de acordo com os depoimentos. Ele chega a concorrer às eleições de 1958 pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formando chapa com José Gomes Talarico, o primeiro postulando o cargo de deputado estadual e o segundo de deputado federal. Mas a iniciativa não seria bem-sucedida:

– Desde aquela época as manobras políticas já existiam, e ele não deve ter entrado porque eles não devem ter deixado, a cúpula não deve ter deixado porque se ele entrasse ia ficar muito pior pro lado deles. O protetor das favelas, não iam deixar o homem entrar lá, que ele ia ter um poder danado. (depoimento de Tavinho, 23/10/2010)

A memória possui funções psíquicas relacionadas à atualização de informações e impressões que o homem representa como passadas, operando por meio da ordenação e releituras de vestígios. Desse modo, a mesma se constituiria na fonte instrumental para o indivíduo desenvolver significações sobre o passado (LE GOFF, 1982). Seu produto final é dotado de polissemia e lembranças

plurais, não devendo ser encarado como um corpo homogêneo, mas como fragmentário, conflitivo e tenso, maculado pelas preocupações e choques do presente (POLLAK, 1992). Ou seja, o objeto lembrado não é idêntico ao existente no passado, mas um indício de características ontológicas próprias (RICŒUR, 2000).

Tendo em vista essas características da memória, enfatizando-se seu aspecto conflitivo e plural, causa certo estranhamento o consenso rememorativo em torno da figura de Magarinos Torres encontrado no depoimento dos antigos moradores do Borel entrevistados. Questionamentos poderiam ser feitos nesse sentido: não haveria nenhum morador dessa favela que se incomodasse com as ligações do advogado com o PCB, nem mesmo aqueles que possuíam maior ligação com a Igreja? Nenhum grupo tencionava tomar a frente da UTF, órgão que atuava como associação de moradores local a despeito de sua proposta de congregar outras favelas, passando a privilegiar outras propostas ou formas de atuação?

A despeito da memória hagiográfica de grande aceitação atualmente presente no Borel, ao nos debruçarmos sobre fontes documentais da época, temos a clareza da ausência de um consenso sobre o advogado e sobre os próprios rumos da UTF. Da mesma forma que outros grupos, os membros da entidade possuíam visões diferentes, que muitas vezes podiam entrar em conflito, evidenciando até mesmo uma disputa de poder no interior dela própria. Como exemplo, podemos citar uma denúncia encaminhada por Aristófanes Monteiro de Souza, morador do Borel e membro do Conselho Fiscal da UTF, ao Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara em 21 de abril de 1963. O conteúdo da denúncia referia-se à

existência de elementos comunistas infiltrados na atual diretoria [da UTF], tendo citado os nomes dos Srs. Raimundo Leoni (...), José Batista Lira (...), José Cupertino Lira (...), irmão de José Batista Lira, José Bento, vulgo “Barriga d’Água”, pedreiro, residente junto à escola de samba Unidos da Tijuca (rua São Miguel, nº 430), onde são realizadas reuniões comunistas (...) (Fundo Polícia Política/Aperj, pasta 89, dossiê 2, folha 1).

Como consequência do contato de Aristófanes, foram enviados agentes à paisana para investigar o evento de posse da nova diretoria da UTF, no mesmo dia do envio da denúncia, às 18h. Em seu relatório, os enviados chegam a mencionar discursos feitos por integrantes da diretoria que homenageavam Magarinos Torres e outros políticos, como Roberto Morena, este com ligações muito conhecidas com o PCB. Posteriormente, o próprio Aristófanes tomaria a palavra com o intuito de rebater as opiniões manifestadas por seus companheiros de entidade (Idem, *Ibidem*). Segundo os oficiais presentes, o denunciante (Idem, *Ibidem*):

[a]longou-se em seguida em elogios vibrantes ao atual governador do estado, dizendo que este tem olhado com carinho o problema da favelado, detalhe este que não havia sido citado pelos oradores, e que ele reparava em tempo, tendo alguns discordado de suas alusões políticas (grifo dos autores).

Em 1963, o governador da Guanabara era Carlos Lacerda, inimigo declarado de Magarinos Torres. Ainda naquele ano, Lacerda havia realizado a já citada reforma administrativa que transformou sua Coordenação de Serviços Sociais em Secretaria de Serviços Sociais, ponto inicial para sua política de remoções que resultaria na erradicação de 27 favelas, transferindo aproximadamente 42 mil pessoas para conjuntos habitacionais mais afastados dos centros de emprego e de maior acesso a serviços, como Vila Kennedy, Vila Aliança e Cidade de Deus (VALLA e GONÇALVES, 1986, p. 91). Ou seja, temos um indivíduo ocupando um cargo de diretoria na UTF que apoiava posições políticas contrárias às de Magarinos Torres, fato que pode levantar possibilidades contrárias sobre a unanimidade em torno do advogado.

Outro fator que pode causar estranheza é o fato de nosso personagem não ter conseguido se eleger nos pleitos em que concorreu, apesar de sua atuação marcante como advogado nas favelas e nos sindicatos. Tal situação se explicaria, em parte, por um contra-consenso que, em oposição àquele dos moradores do Borel, rememorava Magarinos como um perigoso comunista, violento e autoritário, imagem encontrada com facilidade em parte da imprensa da época, assim como nos documentos da polícia política,

presentes, atualmente, no acervo do Aperj. Enfim, tanto os relatos heroicos dos moradores do Borel, como as descrições denegridoras de sua pessoa refletem o aspecto pioneiro da ação de Magarinos Torres: comunista, advogado e envolvido com a causa dos moradores das favelas em uma época em que as reivindicações dos favelados estavam raramente pautadas em um discurso de acesso a direitos. A lógica clientelista do favor imperava e os favelados estavam condenados, mais cedo ou mais tarde, a serem expulsos de seus locais de moradia (GONÇALVES, 2013).

Magarinos Torres e o Parque União

Em pesquisa realizada na favela Parque União⁵, uma das componentes do que se convencionou chamar de “Complexo da Maré”, às margens da Avenida Brasil, constatamos, ainda provisoriamente, que a figura de Magarinos não está presente nas narrativas dos moradores com o mesmo grau observado no Borel. Apenas alguns líderes históricos descrevem, a partir de relatos de outras pessoas, informações esporádicas sobre a ação do militante. No entanto, a análise do inquérito policial contra ele (inquérito nº 8 de 1962) e do ofício nº 1.334/62, impetrado pelo próprio Magarinos na 19ª Delegacia Policial (DP), traz informações bem distintas daquelas que povoam as narrativas dos moradores do Borel (Fundo de Polícia Política, notação nº 17, Aperj).

O citado inquérito investigou as práticas do ativista e de seu grupo político local (UTF) no Parque União. Segundo as conclusões finais do relatório do delegado Aristides Ventura, Magarinos Torres estava ludibriando os moradores, submetendo-os às mais variadas exigências, com o fim de promover a venda de bens acrescidos de Marinha (bens da União) e de explorar rendas decorrentes de ocupação, com arrecadação de importantes somas de dinheiro. Encontramos nesse inquérito 31 termos de declaração de moradores que se diziam lesadas por ele, em sua maioria do Parque União, com a presença, também, de gente de outras favelas em que atuava a UTF, como a de Mata Machado e até do pároco do Alto da Boa Vista.

5 Pesquisa realizada com o objetivo de realizar um documentário sobre o advogado, a ser finalizado ainda no primeiro semestre de 2013. Seu objetivo foi buscar depoimentos sobre Magarinos.

O elemento central do inquérito era a morte do operário Eufrázio Severino da Silva, que – segundo o mestre de obras João Alexandrino da Silva, antigo preposto de Magarinos e que rompera com ele pouco tempo antes – criticara abertamente o advogado em uma reunião, quando esse disse que mataria o Sr. Montel, chefe do Serviço de demolição do Serfha, se este viesse à favela. O crime teria sido motivado por Eufrazio ter em seu poder fichas fornecidas pelo Serfha para a realização de um levantamento dos moradores da favela. João Alexandrino da Silva, em depoimento colhido em 19 de março de 1962, descreve, ainda, como se deu a chegada do ativista na Favela:

[Q]ue o declarante foi um dos primeiros a ali residir e construiu o seu barracão sem que houvesse qualquer impedimento; que depois de certo tempo, já com mais ou menos 40 moradores na favela, foi propalado que o Serfha iria acabar com a favela e barracões seriam demolidos; que em outubro, mais ou menos, um dos moradores, de nome Antonio Belarmino, apareceu com o advogado Magarinos Torres, seu conhecido, dizendo que ele iria defender os interesses dos moradores da Favela da Maré (Fundo de Polícia Política, inquérito nº 8 de 1962).

Encontramos alguns elementos que se reproduzem com frequência nas declarações dos moradores do Parque União: Magarinos Torres e seu grupo lotearam a área e venderam o direito de se ocuparem os lotes⁶. Ele rebatizou a favela com o nome do seu pai: Bairro Desembargador Magarinos Torres. O valor cobrado variava de acordo com o uso residencial ou comercial do terreno e foi consideravelmente reajustado com o tempo. Segundo os diferentes relatos, esse valor variou de Cr\$ 3 mil a Cr\$ 20 mil, chegando a até Cr\$ 40 mil nos casos de uso comercial. Segundo o depoimento do comerciante Francisco Fernandes Figueiras, “Magarinos nunca explicou aos moradores da favela, o destino que dá ao dinheiro que arrecada dos moradores do bairro referido” (Idem).

Os lotes eram vendidos na própria favela, na Avenida Brasil, nº 7.020, com a intermediação de Jandira, tesoureira do Centro Social da UTF. No entanto, o negócio só era fechado após uma reunião do interessado com Magarinos em sua casa, na Rua Conde de Bonfim, na Tijuca, nos sába-

6 A pesquisadora Lilian Vaz, ao realizar trabalho sobre as origens da Maré em meados dos anos 1990, chegou a colher depoimentos de moradores que caracterizavam Magarinos como um grileiro que explorava o terreno com certo viés autoritário (VAZ, 1994).

dos de manhã. Magarinos não fornecia qualquer recibo das vendas. Ele cobrava, ainda, uma taxa mensal para defender os moradores e, em caso de inadimplência ou de divergência política, os moradores, segundo os diferentes termos de declaração, eram expulsos de suas casas. Conforme depoimento dos declarantes, Magarinos empregava meios extremamente autoritários:

Nunca estive em casa de Magarinos Torres e o conhece apenas por vê-lo na favela, marcando lotes a serem vendidos; que Magarinos se faz sempre acompanhar de um bando de indivíduos mal encarados e que se dizem dispostos a tudo, pois andam armados; que soube o declarante por comentários que agora depois do carnaval, os lotes iriam ser aumentados para Cr\$ 20 mil e todos os que haviam comprado por quantia inferior teriam de completar o restante; o declarante soube que Magarinos, quando os compradores se atrasavam nos pagamentos ou divergiam de sua orientação política, eram expulsos de seus barracos até estes demolidos pelo bando (Silvio Gonçalves Coelho, depoimento de 30/03/1962, Fundo de Polícia Política, inquérito nº 8 de 1962).

Veio a conhecer o doutor Magarinos Torres posteriormente quando de sua ida à favela para inspecionar e dar ordem, sempre acompanhado de uma turma de homens, cerca de dez a quinze, todos eles armados, inclusive “Jose Russo”, assassino agora do operário “Eufrásio” e também o soldado da Polícia Militar, vulgo “Beto”; que embora o declarante não tenha visto, sabe que Magarinos por qualquer atraso nos pagamentos ou divergência política, manda demolir barracões e expulsa os compradores; que agora, o declarante e a totalidade dos moradores da favela que não comunga com as atividades de Magarinos Torres, estão em verdadeiro sobressalto, face às ameaças que vêm sendo feitas, diretamente a uns e indiretamente a todos, os que se dispõem a relatar as verdades que ocorrem na Favela da Maré (Anibal da Costa Simas, trabalhador no estabelecimento comercial sito à Rua Gerson Ferreira, depoimento de 20/03/1962, Fundo de Polícia Política, inquérito nº 8 de 1962).

É preciso sublinhar, no entanto, os distintos interesses políticos em torno da ocupação das favelas do Complexo da Maré. Em primeiro lugar, é possível observar, pelo perfil de grande parte dos declarantes (comerciantes ou pessoas devi-

damente empregadas), que havia um rechaço da ação de Magarinos por certos atores locais mais influentes. Além disso, várias instituições que trabalhavam com favelas estavam com projetos na área da Maré. Em depoimento a nós concedido em 17 de junho de 2011, o sociólogo Jose Arthur Rios⁷ declarou que fora diretamente responsável, como dirigente do Serpha, pela ocupação da Favela Nova Holanda, também no complexo da Maré, o que gerou certo conflito político:

7 Rios teve atuação preponderante nas favelas cariocas entre os anos de 1950 e 1960. Influenciado pela concepção do padre francês Louis-Joseph Lebret conhecida como "Economia e Humanismo", coordenou a pesquisa que resultou no "relatório Sagmacs", publicado em 1960 pelo jornal O Estado de São Paulo. Esteve à frente da Coordenação de Serviços Sociais do governo de Carlos Lacerda entre 1960 e 1962, e sua atuação foi marcada pela criação de associações de moradores e por não promover remoções de favelas. Suas associações concorriam com as que eram influenciadas por grupos de oposição, como o Partido Comunista, gerando uma situação de disputa política entre diferentes atores. A saída do sociólogo da Coordenação marcou a guinada remocionista de Lacerda. Sobre o relatório Sagmacs ver VALLADARES, 2005. Sobre a atuação de Rios no governo da Guanabara, ver VALLA e GONÇALVES, 1986.

8 O relatório final (17/05/1962) do delegado de Segurança Política, Eurico Castelo Branco solicitou o arquivamento do ofício nº 1334/62 da 19ª DP, afirmando que se trata de mais uma tentativa de Magarinos de promover a "agitação entre os favelados, tão ao sabor de suas conveniências ideológicas." (Fundo de Polícia Política, dossiê nº 12, ofício nº 1334/62 da 19ª DP).

O Partido Comunista [Brasileiro] ficou indignado com minha atuação. Ele viu nas comissões de moradores uma réplica das células. Mas as células não poderiam fazer nada, além de "blábláblá". E eu tinha que trazer a obra, material de construção. Minhas ideias eram pegar essas células e transformar em cooperativas de habitação, sem dar o nome de cooperativas, mantendo a ideia do mutirão.

A Cruzada São Sebastião, por sua vez, obteve o direito de aterrar e vender áreas na região da Maré. O produto dessas vendas, juntamente com outras subvenções públicas e doações privadas, seriam usados nas obras patrocinadas pela entidade. Em resposta ao inquérito nº 8, Magarinos Torres solicitou, por meio do inquérito nº 12, apuração de crimes de ação pública contra os moradores do Parque União⁸. O trecho a seguir, de sua petição de 20/04/1962, remarca a confluência de interesses políticos na área:

A esta trama diabólica, de poderosos homens do governo, a servirem-se de autoridade policiais, funcionários do Serpha e de pistoleiros e marginais arrebanhados em favelas ou mandados vir da Bahia, como informou o prevaricador delegado Ventura, junta-se, também, com o seu inegável prestígio, o arcebispo Helder Câmara, como presidente da Cruzada São Sebastião, telefonando a diretores de jornais e pedindo-lhes que deem curso a caluniosas notícias que propalam a respeito e mandando que padres deponham caluniosamente nos processos forjados, tudo porque, estando acusado pelo ora denunciante e advogado, de haver-se apropriado, indebitamente, de mais de Cr\$ 20 bilhões destinados a melhoramento em favelas, por intermédio da dita Cruzada. (...) [T]udo porque, assim acusado, e sem outra defesa, sabe que a demonstração que se faz no local tentado esbulhar pelo governador Lacerda irá evidenciar o grande negócio que é

a “indústria” da proteção ao favelado, na qual a dita Cruzada, em primeiro lugar, depois da Fundação Leão XIII e Serfha, já consumiram, dos cofres públicos e de doações de particulares, em 25 anos de “proteção”, mais de Cr\$ 40 bilhões, continuando as favelas cariocas sem água, luz, esgoto, escolas, postos médicos, calçamentos, enfim, as mais rudimentares necessidades humanas de higiene e condição de habitabilidade, num centro civilizado como é o Rio de Janeiro, onde a luz elétrica nas favelas ainda é substituída por lampiões de querosene e a água ou esgoto para as dejeções, não existem.

Como pôde ser visto, a imagem de Magarinos Torres presente na documentação analisada não confere com a maneira pela qual o advogado é retratado pelo depoimento dos moradores do Borel. A pesquisa realizada com alguns moradores da Maré também não revelou um imaginário sólido sobre uma memória hagiográfica do militante, assim como na favela da Tijuca. Nosso objetivo neste artigo não é tirar uma conclusão definitiva sobre o papel de Antoine Magarinos Torres, qualificando-o seja como santo ou bandido. Uma das diversas interpretações sobre as favelas diz respeito a seu significado de espaço para implementação de projetos políticos de diferentes grupos, o que as tornam, portanto, objeto de disputa. No período em que Magarinos atuou, esse aspecto pode ser observado entre os comunistas, por meio da atuação da UTF e outras instituições ligadas ao PCB e à Igreja, em órgãos como a Cruzada São Sebastião e a Fundação Leão XIII. Ou seja, temos a atuação de diferentes atores e diferentes interesses, e os moradores de favelas muitas vezes se posicionavam ao lado dos atores com os quais mais se identificavam.

Memória: espaço de conflito e instrumento político

Para concluir, é preciso ter em vista haver uma débil memória sobre Antoine de Magarinos Torres na Maré. Por meio de nossa pesquisa, foi possível localizar dois moradores, em idade consideravelmente avançada, que chegaram a atuar com o advogado, realizando pequenos serviços. Um deles chegou a afirmar o seguinte sobre o advogado (depoimento do senhor Sebastião, 20/05/2011):

– Então, Magarinos Torres era um camarada muito bom para os pobres. Quando ele morreu, ele foi enterrado numa favela, e a gente sabia porque a comunicação que a gente tinha com o povo da época dele falava: “Olha, o Magarinos Torres morreu lá na favela tal, e está lá para ser velado”. Aí nós fomos para lá. (...) Mas acontece o seguinte: ele era um cara que era bacana para os pobres, se interessava de ajudar os pobres, era um cara bacana.

Sebastião, junto com seu irmão Altamiro, que à época da entrevista estavam com 84 e 86 anos respectivamente, chegaram a se envolver com atividades do movimento associativo no Parque União, inclusive tendo participado na diretoria da associação de moradores local. Eram apoiadores do advogado, chegando a prestar auxílios diversos para ele, a fim de facilitar o contato com os moradores. Com relação às lideranças mais novas, muitos sequer haviam ouvido falar em Magarinos Torres, enquanto outros, poucos, reconheciam o nome, embora em diversos casos não conseguissem associá-lo a algum ator político específico.

Ou seja, o relato dos dois senhores mencionados pode ser relacionado ao que a cientista política francesa Marie-Claire Lavabre (2001), baseada nas conhecidas análises de Maurice Halbwachs (2004), chama de “memória comum”, categoria usada para referenciar lembranças diretas partilhadas por indivíduos que vivenciaram o fato lembrado. Seria diferente da “memória coletiva”, pois nesta haveria espaços para lembranças obtidas indiretamente, ou seja, fatos lembrados por um grupo, porém não necessariamente presenciado ou vivenciado por todos os seus membros. É o caso de certas memórias que procuram a coesão e a unidade, das quais um dos principais exemplos são os elementos da memória nacional, a exemplo de Tiradentes, cuja história é repetida por livros didáticos, entre outros vetores de memória, com diferentes significados e sentidos políticos ao longo da história, para diversas gerações que não vivenciaram o movimento dos inconfindentes de Minas.

O tema das memórias coletivas, como a nacional ou de grupos específicos, é um assunto complexo, que envolve inúmeros fatores, tais como tentativas de homogeneização de significados, seleção de objetos, inexistência de um sentido único para seus objetos e visões em disputa.

Tais pontos possuem consideráveis elementos de conflitos e disputas de interesses entre diferentes atores sociais, gerando uma conjuntura na qual os silêncios devem ser igualmente considerados como falas, uma vez que não seriam mera coincidência de discurso, mas o resultado de posições hierárquicas presentes nessas disputas e conflitos (POLLAK, 1989; 1992).

Também deve ser considerado o que Pollak (1992) denomina de trabalho de enquadramento de memória e o trabalho da própria memória em si. O primeiro é caracterizado como um investimento, muitas vezes tendo como agentes elementos externos ao grupo, cuja memória está sendo evocada, embora não se deva ignorar a participação de membros internos nesse processo. Ou seja, o enquadramento da memória é um processo de tensão entre diferentes atores, que trazem formas distintas de interpretar o passado, reforçando dados, fatos e figuras históricas específicas. A segunda categoria é definida pelo autor como o trabalho de manutenção, visando continuidade, coerência e unidade da memória mesmo em contextos de alteração dinâmica da sociedade. Os dois casos mostram o caráter dinâmico da memória, seu envolvimento em processos de disputa, conflitos e acordos de elementos internos ou externos de um determinado grupamento social. Refletir sobre essa dinâmica e suas transformações é uma forma de analisar criticamente a trajetória de um coletivo social e sua posição perante à sociedade, bem como sua relação com a mesma.

À luz dessas considerações, no tocante a Magarinos e à Maré, encontramos uma memória múltipla que, ao que tudo indica, está se perdendo. Ao lado da visão documental aqui parcialmente descrita, na qual o advogado é retratado como um grileiro autoritário e possível criminoso, temos a memória dos irmãos Sebastião e Altamiro, que o retrata de forma semelhante à retratada na de alguns moradores do Borel, com certas tonalidades hagiográficas. Porém, essa memória não tem se perpetuado na Maré e, independentemente da aceitação ou do combate à figura e aos feitos de Magarinos Torres, seu nome não tem sido mobilizado pela população local.

No Borel, ocorre um processo inverso. O nome de Magarinos Torres continua sendo conhecido e reconhecido como um grande benfeitor local. Desde o início dos anos 1990, há uma escola pública com seu nome na entrada do morro. A partir do final dessa mesma década, foi realizado um projeto, idealizado por moradores locais, de resgate da memória e do qual o advogado foi um dos grandes temas, no tocante a sua participação contra as tentativas de despejo da década de 1950.⁹

Essa memória sobre o militante, bem como sobre a UTF, tem sido objeto de construção política desde o início dos anos 1980, quando foi lançado um livro de memórias de um antigo militante e morador local, pertencente aos quadros do PCB. Esse livro até hoje tem grande repercussão em um grupo de lideranças, que o tem usado como importante vetor de memória e forma de evocar certos sentidos políticos de legitimação da ação associativa das favelas, em contraponto a imagens, correntes na grande imprensa e outros fóruns de debate social, que contém representações de violência, anomia social, e tantos outros aspectos negativos, associados às favelas e seus moradores (AMOROSO, 2014). Ou seja, desde a redemocratização, a memória sobre Magarinos tem sido uma ferramenta política.

Com relação à Maré, a memória tem sido igualmente instrumentalizada como forma de pavimentar o acesso ao “direito à cidade”. O maior exemplo foi a criação, em 2006, na Nova Holanda, do Museu da Maré¹⁰ (FREIRE-MEDEIROS, 2006; CHAGAS e ABREU, 2007). Porém, o advogado não faz parte desse rol, à exceção dos depoimentos dos poucos ainda vivos que o conheceram pessoalmente, ou figurando como um personagem controverso na memória documental oficial. Cabe o questionamento: quais seriam os motivos e o quadro político que levaram a duas concepções diferentes sobre uma mesma figura histórica e seu projeto político?

Um viés no qual cremos que vale a pena investir é a questão das disputas políticas na época de atuação da UTF e de Magarinos Torres. A Tijuca, bairro em que se localiza a Favela do Borel, com suas inúmeras fábricas, tinha certa tradição de atuação de militantes do PCB. Inclusive, os comunistas possuíam entrada em favelas locais pela atu-

9 Trata-se do projeto Condutores de Memória, que teve apoio da Agenda Social Rio e de organizações internacionais. Para maiores informações, assim como as disputas políticas entre diferentes grupos sobre os significados referentes à memória sobre Magarinos e a UTF, ver AMOROSO, 2014.

10 Criado a partir de uma articulação dos moradores com o governo federal, através do programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura. Localiza-se em um galpão cedido pela antiga Companhia Libra de Navegação. Sua origem está ligada a um projeto de coleta de depoimentos de moradores antigos, realizado pelo Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (Ceasm), que deu origem à Rede Maré, a partir da qual nasceu o Museu (idem). Para mais informações, ver <http://ceasm.tumblr.com/>.

ação do partido junto a escolas de samba (GUIMARÃES, 2009) e por meio dos órgãos criados pelo partido para atuação nos bairros e que eram muito presentes na região da Grande Tijuca (Comitês Democráticos, Uniões Femininas e Comitês pela Paz). Ou seja, por mais que houvesse outros grupos atuando no local, a exemplo da Fundação Leão XIII, instituição ligada à Igreja que atuava no Borel desde os anos 1950, Magarinos, cuja relação com o PCB é difícil de ser precisada, apesar de ser clara a existência de algum grau de envolvimento, encontrou uma base sólida para o desenvolvimento de suas propostas.

O mesmo não ocorreu na Maré. Além do interesse de Dom Helder Câmara em áreas que estavam sendo aterradas na região e pela presença do governo da Guanabara, capitaneada pela ação do secretário José Arthur Rios, havia outro grupo que não merece ser desprezado: os militares, alguns, inclusive, explorando financeiramente a área, conforme nos mostra o depoimento deste morador do Morro do Timbau¹¹:

– O Exército quis tirar o pessoal dessa área. Pegaram algumas pessoas e mandaram falar com o Lote. Botaram cerca, suspenderam. (...) Os sargentos contavam muita história, quando a gente não aguentava mais, íamos nos batalhões. Aí, os oficiais davam cadeia pros sargentos. Uma vez, um rapaz deu uns tiros pro alto e disse que isso aqui era dele. Aí fui lá ao batalhão e falei com o subcomandante. (...) O comandante chegou e mandou recolher. (depoimento de Joaquim Agamenon, 05/08/2011)

Embora os militares não tenham tido essa atuação em todas as favelas da Maré, é inegável que sua proximidade era um elemento de tensão a mais. Inclusive, nos foi relatado por alguns moradores que, nos anos 1960, membros das forças armadas de baixa patente, ou da polícia, residiam no Parque União, chegando, inclusive, a ocupar cargos na associação de moradores. Desse modo, fica a questão: até quando essa presença não seria um empecilho para a atuação de Magarinos Torres e suas tentativas de implementar seu projeto político? Ou melhor, até quando a presença de Magarinos não seria um empecilho para a ação desses diferentes grupos políticos?

11 Um dos primeiros núcleos de ocupação da Maré, existente desde os anos 1940.

A proposta da atuação da UTF era embasada no associativismo, por meio da colaboração financeira de seus associados a fim de lotear áreas e garantir alguns recursos de infraestrutura e para obras de manutenção. Não há elementos que possam indicar que Magarinos tenha se enriquecido com essas receitas. Muito pelo contrário, membros de suas famílias sempre nos relataram as dificuldades financeiras do advogado por causa de sua militância política. Dentro dessa base, ele pretendia uma atuação mais ampla, propondo projetos de lei e até tentando fazer parte do legislativo como deputado, intento no qual fracassou em duas oportunidades. Enquanto no Borel esse tipo de ação política foi objeto de uma memória hagiográfica, inclusive entre grupos rivais (AMOROSO, 2014), na Maré essa atuação muitas vezes foi caracterizada como idêntica à dos exploradores imobiliários, que o advogado pretendeu combater.

Essas duas interpretações são reveladoras sobre como a memória abre um amplo leque de possibilidades para se debater o desenvolvimento histórico do espaço urbano e suas contradições. Ao pensarmos as diferentes memórias construídas sobre Antoine de Magarinos Torres Filho, a partir dos dois locais aqui analisados, é possível traçar hipóteses que permitem pensar como projetos de intervenção no espaço urbano podem ser apropriados e significados por grupos de diferentes interesses. Essa situação revela a capacidade da memória de se constituir como importante instrumento para auxiliar a compreensão das disputas de interesses por trás dos diferentes atores sociais, que vivem o espaço urbano como palco de convívios e disputas.

Referências

- GOVERNO DO ESTADO DA GUANABARA. (1971), Resumo histórico e informações sobre a Tijuca. Rio de Janeiro, VIII Região Administrativa, Governo do Estado da Guanabara.
- ABREU, Maurício. (1984), Da habitação ao habitat: Uma interpretação geográfica da questão da habitação popular no Rio de Janeiro (1850-1930). Rio de Janeiro, FCRB/Ibam/Iuperj.
- AMOROSO, Mauro. (2011), Nunca é tarde para ser feliz? A imagem das favelas pelas lentes do Correio da Manhã. Curitiba, CRV.
- _____. (2014), Caminhos do lembrar: A construção e os usos políticos da memória no morro do Borel. Rio de Janeiro, Ponteio.
- ARQUITRAÇO. (1996), Diagnóstico da primeira etapa do projeto urbanístico “Favela Bairro” no Morro do Borel. Rio de Janeiro, Arquitraço.
- BRUM, Mario. (2012), Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Ponteio.
- BURGOS, Marcelo Baumann. (1998), “Dos parques proletários ao favela-bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro”. Em: ZALUAR, Alba [e] ALVITO, Marcos (orgs). (1998), Um século de favela. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- CAMPOS, Andreilino. (2007), Do quilombo à favela: A produção do ‘espaço criminalizado’ no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- CARDOSO, Elizabeth; VAZ, Lílian; ALBERNAZ, Maria Paula; AIZEN, Mário [e] PECHMAN, Robert Moses. (1984), História dos bairros, memória urbana: Tijuca. Rio de Janeiro, João Fortes Engenharia/Index.

- CHAGAS, Mario [e] ABREU, Regina. (2007), “Museu da Maré: Memórias e narrativas a favor da dignidade social”. *Musas: Revista Brasileira de Museus e Museologia*, nº 3, pp. 130-152.
- CUNHA, Neiva Vieira da (org). (2006), *Histórias das favelas da Grande Tijuca contadas por quem faz parte delas: Projeto Condutores de Memória*. Rio de Janeiro, Ibase.
- FREIRE, Américo [e] OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2002), “O que fazer com a população pobre? A favela nos anos 1960”. Em: BRITTO, Afredo; FREIRE, Américo [e] OLIVEIRA, Lúcia Lippi (orgs). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro, Folha Seca.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. (2006), “Favela como patrimônio da cidade? Reflexões e polêmicas acerca de dois museus”. *Estudos Históricos*, Vol. 2, nº 38, pp. 49-66.
- GOMES, Manoel. (1980), *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro, Muro.
- GONÇALVES, Rafael Soares. (2013), *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro, PUC-Rio/Pallas.
- GRYNSZPAN, Mário. (2002), “Da barbárie à terra prometida: O campo e as lutas sociais na história da República”. Em: GOMES, Ângela de Castro; PANDOLFI, Dulce [e] ALBERTI, Verena (orgs). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- _____ [e] PANDOLFI, Dulce. (2007), “Memórias de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória”. In: GOMES, Angela de Castro (org). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- GUIMARÃES, Valéria Lima. (2009), *O PCB cai no samba: Os comunistas e a cultura popular (1945–1950)*. Rio de Janeiro, Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
- HALBWACHS, Maurice. (2004), *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro.

- LEEDS, Anthony [e] LEEDS, Elizabeth. (1978), *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LAVABRE, Marie-Claire. (2001), “De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives”. Em: CEFAÏ, Daniel (org). *Cultures Politiques*. Paris, PUF.
- LIMA, Nísia Trindade. (1989), *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: Políticas do Estado e lutas sociais (1954-1973)*. Dissertação (mestrado), IUPERJ.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. (1967), “A política na favela”. *Cadernos Brasileiros*. Ano IX, nº 41, pp. 35-47.
- NUNES, Guida. (1980), *Favela: Resistência pelo direito de viver*. Petrópolis, Vozes.
- PANDOLFI, Dulce [e] GRYNSPAN, Mário. (2002), “Favelas e poder público: Uma relação delicada”. Em: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: História e desafios*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- PANDOLFI, Dulce [e] GRYNSPAN, Mário. (orgs). (2003), *A favela fala: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro, FGV Editora.
- PERLMAN, Janice. (1977), *O mito da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- POLLAK, Michael. (1989), “Memória, esquecimento e silêncio”. *Estudos Históricos*, Vol. 2, nº 3, pp. 3-15.
- _____. (1992). “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Vol. 5, nº 10, pp. 200-212.
- RICŒUR, Paul. (2000), *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil.
- RIOS, Rute Mario Monteiro. (1986), “Amando de modo especial os menos favorecidos, 1945-1954”. Em: VALLA, Victor (org). *Educação e favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, Vozes.
- SANTOS, Alexandre Mello; LEITE, Márcia [e] FRANCA, Nahyda (orgs). (2003), *Quando memória e história se entrelaçam: A trama dos espaços na Grande Tijuca*. Rio de Janeiro, Ibase.

SILVA, Maria Laís Pereira da. (2005), *Favelas cariocas (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Contraponto.

VALLA, Victor [e] GONÇALVES, Jorge Ricardo. (1986), “O período autoritário de remoções: Destruindo a auto-construção para ‘ensinar’ a autoajuda, 1962-1973”. Em: VALLA, Victor (org). *Educação e favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis, Vozes.

VALLADARES, Lícia. (1978), *Passa-se uma casa: Análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (1999), “Que favelas são essas?”. *Insight Inteli-gência*, ano II, nº 8, pp. 62-68.

_____. (2005), *A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro, FGV Editora.

VAZ, Lilian (1994), *História dos bairros da Maré: Espaço, tempo e vida cotidiana no Complexo da Maré*. Rio de Janeiro, SR-5/UFRJ/CNPq.

RESUMEN: En este artículo se reflexiona sobre la historia y la memoria de la actuación del abogado Antoine de Magarinos Torres Filho en los años 1950 y 1960. Vinculado al Partido Comunista de Brasil, el abogado fue uno de actores clave en la creación de la Unión de Trabajadores Favelados (UTF), uno de los primeros órganos con la intención de organizar la acción conjunta de las asociaciones de habitantes de favelas y realizar proyectos para la construcción de un camino de acceso al “derecho a la ciudad” para los residentes de estas áreas. Su actuación ganó significación desde distintas miradas, lo que trataremos aquí a través sus acciones en dos regiones: la favela de Borel y la región de Maré.

Palabras clave: Antoine de Magarinos Torres, Unión de Trabajadores Favelados (UTF), asociativismo, Borel, Maré

MAURO AMOROSO (amoroso.mauro@gmail.com) é professor da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (Febf) – da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, Brasil) – e professor da Universidade Cândido Mendes (Ucam, Rio de Janeiro, Brasil). É doutor pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV, Rio de Janeiro, Brasil), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF, Niterói, Brasil) e tem graduação em história pela UFF.

RAFAEL SOARES GONÇALVES (rafaelsgoncalves@yahoo.com.br) é professor do Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Brasil). É doutor em Histoire et Civilisations e mestre em Dynamiques Comparées des Sociétés em Développement pela Université de Paris VII/Denis Diderot (França) e tem graduação em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Brasil).